EMENDA Nº 139 (Proposta 1, art. 1.799)

Dê-se, à proposta nº 1 do Anexo do Parecer nº 1 – SUBCOMISSÃO DE SUCESSÕES, DA CJCODCIVIL, a seguinte redação:

Art. 1799. Parágrafo único. Nos casos do inciso II, não estando as pessoas jurídicas devidamente constituídas com o registro de seus atos constitutivos, o juiz assinará o prazo de um ano para assim fazê-lo, sob pena de **ineficácia** da deixa testamentária, salvo nos casos do disposto no artigo 1.902 do Código Civil, hipóteses em que a previsão do ato de última vontade será cumprida, apesar da ausência de personalidade jurídica regular da entidade beneficiada.

Redação originalmente proposta pela subcomissão:

Art. 1799. Parágrafo único. Nos casos do inciso II, não estando as pessoas jurídicas devidamente constituídas com o registro de seus atos constitutivos, o juiz assinará o prazo de um ano para assim fazê-lo, sob pena de **caducidade** da deixa testamentária, salvo nos casos do disposto no artigo 1.902 do Código Civil, hipóteses em que a previsão do ato de última vontade será cumprida, apesar da ausência de personalidade jurídica regular da entidade beneficiada.

JUSTIFICAÇÃO

A redação proposta segue a lógica de Pontes de Miranda. Não faz sentido manter-se “caducidade”.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação das presentes emendas.

Sala de Comissões, em 22 de dezembro de 2023.

JOSÉ FERNANDO SIMÃO